

Assunto: Resposta ao Recurso da empresa ENGEMAIA & CIA LTDA (159318080) referente ao Lote 06.

Referência: Pregão Eletrônico nº 033/2024 - NLC/PRES

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF., de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se do Recurso Administrativo interposto pela empresa ENGEMAIA & CIA LTDA (159318080) referente ao Lote 06, contra a habilitação da empresa RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, que apresentou contrarrazões (159741848).

2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

2.1. A declaração da empresa vencedora ocorreu no dia 16/12/2024 (159319845) por meio do sistema [Licitações-e](#). A empresa manifestou a intenção de recurso e protocolou o Recurso Administrativo em 18/12/2024 (159318080).

2.2. Primeiramente, cumpre demonstrar a **tempestividade e o cabimento do presente recurso**, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

3.1. A Recorrente, em suas Razões de Recurso, alegou, em suma, que a empresa RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, não atendeu ao disposto no artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123/2006, deixou de cumprir o item 3.7.3 do edital de licitação e da verificação da incorreção das informações prestadas pela declaração do Anexo V, preenchida pela licitante.

4. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA

4.1. A Recorrida sustenta que conseguiu apresentar uma proposta 18,62% inferior ao valor orçado pela unidade técnica da Novacap e 18% inferior à proposta da Microempresa mais bem classificada (Onix Service LTDA. ME). Quanto à alegação de irregularidade na apresentação da Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, trata-se de um equívoco formal na juntada documental, o qual não compromete a regularidade da habilitação nem a competitividade do certame, nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Ademais, com base na interpretação do artigo 56, inciso I, da Lei nº 13.303/16, é vedada a anulação de atos administrativos quando o vício for meramente formal e não causar prejuízo aos interessados.

4.2. No presente caso, a RE9COM não fez uso dos benefícios previstos para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), mantendo-se em condições isonômicas com os demais licitantes. Dessa forma, após análise das argumentações apresentadas pela Recorrente e dos atos administrativos adotados pela Novacap, conclui-se que a declaração da RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA como vencedora do Lote nº 06 observou integralmente as disposições do Pregão Eletrônico nº 033/2024 - DECOMP/DA e das legislações aplicáveis, não havendo vícios que justifiquem a desclassificação da empresa ora Recorrida.

4.3. É o breve relatório.

5. DA ANÁLISE DO RECURSO

5.1. DO ENQUADRAMENTO DO SEGMENTO NO SISTEMA

5.1.1. No que se refere às alegações apresentadas no recurso interposto pela empresa ENGEMAIA & CIA LTDA, destacamos que o tipo de segmento declarado no ato de entrega da proposta pelas licitantes, conforme indicado no sistema [Licitações-e](#) e imagem abaixo, pode não necessariamente refletir o segmento atualmente declarado pela empresa.

Histórico da disputa do lote



Licitação [nº 1055573] e Lote [nº 6]

Responsável	SILVIO ROMERO CORDEIRO GOMES
Pregoeiro	ERIVALDO SOUZA MARTINS
Apoio	JUSCELINO FERREIRA DA SILVA

Lista de fornecedores

10	▼ resultados por página	Pesquisar			
▲	Participante	↕ Segmento ↕	Situação ↕	Lance ↕	Data/Hora lance ↕
1	RE9COM SOLUCOES E SERVICOS LTDA	ME*	Arrematante	R\$ 4.100.000,00	30/09/2024 09:37:42:620
2	PALMACEA JARDINS LTDA - EPP	OE*	Classificado	R\$ 4.175.000,00	30/09/2024 09:37:11:151
3	ENGEMAIA & CIA LTDA	OE*	Classificado	R\$ 4.775.000,00	30/09/2024 09:26:34:719
4	FCB - TRANSPORTE LOGISTICA E SERVICOS GERAIS LTDA	OE*	Classificado	R\$ 4.786.116,00	30/09/2024 09:39:27:835
5	ONIX SERVICE LTDA-ME	ME*	Classificado	R\$ 5.000.000,00	30/09/2024 08:52:01:517
6	EBF INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA	OE*	Classificado	R\$ 5.012.794,05	28/09/2024 12:12:38:474
7	PROGAIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA	OE*	Classificado	R\$ 5.038.006,44	27/09/2024 15:26:47:892
8	WM PAISAGISMO URBANISMO E COMERCIO LTDA	OE*	Classificado	R\$ 5.038.016,44	19/09/2024 09:06:50:774
9	V4 CONSTRUCAO E REFORMAS LTDA	EPP*	Classificado	R\$ 5.038.016,44	19/09/2024 09:46:51:186
10	ECOTERRA SERVICOS DE LIMPEZA LTDA.	OE*	Classificado	R\$ 5.038.016,44	27/09/2024 15:11:49:857
Mostrando de 1 até 10 de 14 registros				Primeiro	Anterior 1 2 Próximo último

* Tipo de segmento declarado no ato de entrega da proposta. Não necessariamente reflete o tipo de segmento atualmente declarado.

Legenda dos tipos de segmentos: OE-Outras Empresas | ME-Micro Empresa | COOP-Cooperativa | ND-Não definido

5.2. DA AUSÊNCIA DE IMPACTO MATERIAL NO CERTAME

5.2.1. A empresa RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. declarou-se como ME, contudo, não fez uso dos benefícios previstos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), tais como:

- O desempate ficto (arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006);
- Prazo diferenciado para regularização fiscal (art. 43, § 1º da LC nº 123/2006).

5.2.2. A proposta vencedora foi aceita com base em critérios objetivos de menor preço, sendo oferecido valor 18,62% inferior ao estimado pela administração e sem que houvesse questionamento sobre a capacidade técnica da RE9COM.

5.3. DO ERRO FORMAL E SUA IRRELEVÂNCIA PARA O CERTAME

5.3.1. A jurisprudência dos Tribunais de Contas e a legislação aplicável reconhecem que erros formais que não comprometem a lisura do processo licitatório nem causam prejuízos ao erário devem ser relevados:

"Erros formais que não alteram a competitividade do certame ou não resultam em prejuízos ao erário devem ser superados em respeito ao princípio da razoabilidade" (Acórdão TCU nº 1172/2019).

"A declaração equivocada como ME constitui erro sanável, desde que não resulte em vantagem indevida, conforme decidido pelo TCE-SP." (Decisão nº 456/2021)

5.3.2. O Acórdão TCU nº 1172/2019 estabelece que **erros formais em procedimentos administrativos, especialmente em licitações, devem ser superados quando não prejudicam a competitividade do certame ou causam prejuízos ao erário**, em respeito ao princípio da razoabilidade.

5.3.3. Essa decisão reflete uma interpretação equilibrada do Direito Administrativo, promovendo uma atuação pública mais eficiente e menos formalista. Baseia-se nos princípios da **razoabilidade**, **proporcionalidade** e **eficiência**, reforçando que a Administração deve focar no interesse público e na busca por resultados vantajosos, sem comprometer a legalidade e a igualdade de condições entre os participantes.

5.3.4. Ao privilegiar a análise do impacto real dos erros, o acórdão contribui para maior segurança jurídica e eficiência nos processos administrativos, promovendo uma gestão pública mais prática e orientada a resultados. Recomenda-se, contudo, que essa abordagem seja aplicada com cautela, analisando caso a caso para evitar a convalidação de vícios que possam comprometer a integridade do certame.

5.3.5. O entendimento do TCU no Acórdão TCU nº 1172/2019 é acertado e promove um equilíbrio saudável entre o cumprimento formal das normas e a proteção do interesse público, desde que observado o limite da boa-fé e da inexistência de

prejuízo à Administração.

5.3.6. A Decisão nº 456/2021 do TCE-SP estabelece que a **declaração equivocada de enquadramento como Microempresa (ME)** constitui um **erro sanável**, desde que não resulte em vantagem indevida ao participante ou prejuízo à competitividade e ao erário.

5.3.7. Esse entendimento reflete a aplicação prática dos princípios da **razoabilidade, proporcionalidade e boa-fé**. Ele busca garantir que falhas formais não inviabilizem a participação de licitantes e nem comprometam a eficiência e a economicidade do processo administrativo. Ao tratar o erro como passível de correção, a decisão valoriza a competitividade dos certames, priorizando o mérito das propostas em detrimento de um formalismo excessivo.

5.3.8. A Decisão nº 456/2021 contribui para a segurança jurídica e a eficiência nos procedimentos licitatórios, incentivando a Administração Pública a adotar um equilíbrio adequado entre o rigor formal e a análise de impactos reais.

5.4. DA BOA-FÉ DA RE9COM E DA REGULARIDADE DE SUA HABILITAÇÃO

5.4.1. A empresa RE9COM apresentou justificativas e documentação comprobatória de sua regularidade no certame. Em sua contrarrazão, destacou que o enquadramento como ME foi preenchido de forma equivocada, sem que isso influenciasse no resultado ou prejudicasse a isonomia entre os concorrentes.

5.5. DO PRINCÍPIO DA FORMALIDADE MODERADA

5.5.1. A aplicação do princípio da formalidade moderada reforça que a desclassificação de uma empresa por erro formal, sem impacto material, contraria o interesse público e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

5.6. Diante do exposto, não há elementos que indiquem qualquer irregularidade ou vício que comprometa a validade do certame. Assim, sugere-se o **indeferimento do recurso interposto pela ENGEMAIA & CIA LTDA** e a **manutenção da habilitação da empresa RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** como vencedora do Lote nº 06.

6. CONCLUSÃO

6.1. Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa ENGEMAIA & CIA LTDA (159318080) referente ao Lote 06, e, no mérito, sugiro que lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, para manter vencedora do certame a RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com o valor total de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões cem mil reais), conforme Histórico da Licitação (159319845).

6.2. Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizada da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao art. 76, VII, do [Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP](#) e legislação pertinente.

Atenciosamente,

ROOSEVELTH ALVES DA SILVA

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELTH ALVES DA SILVA - Matr.0074369-0, Pregoeiro(a)**, em 02/01/2025, às 16:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **159695247** código CRC= **CCD6F680**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br

Despacho – NOVACAP/PRES

Brasília, 03 de janeiro de 2025.

À Diretoria das Cidades, e
Ao Núcleo de Licitações.

Assunto: Recurso Administrativo PE Nº 033/2024 - NLC/PRES - Lote 06.

1. Trata o presente do **Pregão Eletrônico nº 033/2024 - NLC/PRES**, cujo objeto é a Contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.
2. Destarte, a Empresa ENGEMAIA & CIA LTDA (159318080) protocolizou Recurso Administrativo, referente ao Lote 06, contra a habilitação da empresa RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, a qual apresentou contrarrazões (159741848).
3. O pregoeiro, por meio do Relatório SEI-GDF n.º 16/2024 - NOVACAP/PRES/NLC (159695247), sugeriu **NEGAR PROVIMENTO**, para manter vencedora do certame a RE9COM SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com o valor total de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões cem mil reais), conforme Histórico da Licitação (159319845).
4. Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Núcleo de Licitações, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/NLC (159792458), para decisão acerca do recurso interposto pela licitante, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
5. Ante o exposto, mantenho o entendimento exarado no Relatório Nº 16/2024– NOVACAP/PRES/NLC (159695247), e **DECIDO NEGAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela empresa ENGEMAIA & CIA LTDA (159318080) referente ao Lote 06, para manter a classificação/habilitação da Recorrida, tendo em vista que os motivos para desclassificação/inabilitação da recorrida inexistem.
6. Restituo os autos para as providências necessárias ao prosseguimento do certame.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 03/01/2025, às 15:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **159845699** código CRC= **02671627**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3403-2310
Sítio - www.novacap.df.gov.br